Queda no desmatamento da Amazônia

AÇÃO INTELIGENTE

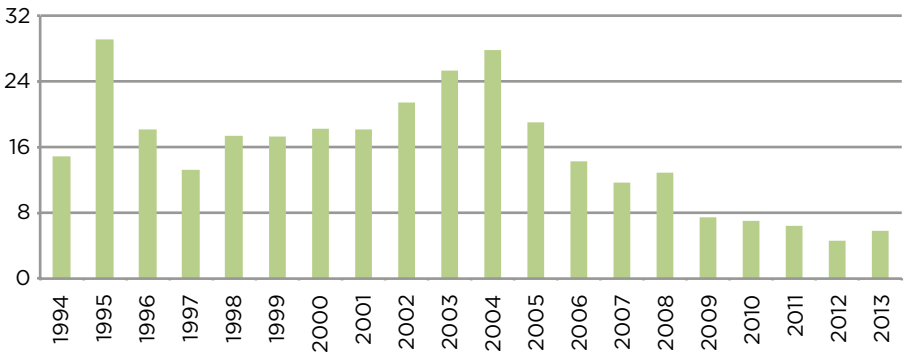
A FORMA como os indivíduos reagem a incentivos está no cerne da Ciência Econômica. A maior parte dos economistas, especialmente aqueles com formação mais ortodoxa, tende a acreditar que incentivos baseados na premiação são mais efetivos do que aqueles baseados em punição. Em outras palavras, a cenoura seria preferível ao porrete. Somente quando existissem falhas incorrigíveis nos mecanismos de mercado, é que os mecanismos punitivos seriam preferíveis.

Dessa forma, políticas proibitivas são geralmente mal vistas por economistas. Essa perspectiva fica evidente na forma como a maior parte dos economistas posiciona-se no debate ambiental e das mudanças climáticas. O uso de mecanismos de *cap-and-trade*, em que se estabelece um teto de emissões para cada agente e se permite que este compre ou venda parte da sua cota para outros, é visto pelos economistas como a forma mais eficiente para reduzir as emissões ao máximo, causando o mínimo impacto sobre a produção e a atividade econômica. Uma política como essa seria preferível a políticas de comando e controle, que proíbem emissões ou estabelecem limites a estas.

Contudo, muito se questiona se esses mecanismos funcionariam da forma como os economistas e seus modelos gostariam. Existem várias evidências históricas mostrando que, em muitos casos, as políticas mais tradicionais de proibição e punição do descumprimento funcionam melhor para coibir atividades predatórias. Esse parece ser justamente o caso da queda no desmatamento da Floresta Amazônia que o Brasil vem conseguindo ao longo das últimas décadas.

Matéria recente da revista The Economist – um veículo jornalístico de elevadíssimo padrão de qualidade e que não se esquiva de sua predileção por mecanismos de incentivos via mercado – apresenta com certa perplexidade como o governo brasileiro alcançou resultado tão satisfatório apoiando-se mais no porrete do que na cenoura.

BRASIL: DESMATAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA (MIL KM²)



Fonte: INPE; PRODES

A matéria baseia-se em dados publicados em artigo do pesquisador Dan Nepstad na revista Science, no qual se compara a queda do desmatamento no Brasil e em outras nações que detêm florestas tropicais, como a Indonésia e a República do Congo. Segundo o estudo, o sucesso brasileiro apoiou-se em 3 estágios de políticas. No primeiro, que teria ocorrido entre 1990 e 2004, estabeleceu-se uma meta ambiciosa das áreas que não poderiam ser desmatadas na região amazônica. Nesta região, 80% da área de cada propriedade deveriam ser preservados como áreas de Reserva Legal. O elevado valor, juntamente ao bom momento das *commodities* agrícolas observado a partir de 2003, dificultou o cumprimento dessa meta.

No segundo estágio, entre 2005 e 2009, o Governo fez do desmatamento uma prioridade e buscou reforçar seus mecanismos de controle e punição legal, implementando medidas para que diferentes esferas de fiscalização operassem melhor conjuntamente. A melhor integração das ações da Polícia Ambiental e do Ministério Público exemplificou essas medidas, tendo efeito imediato na redução da área utilizada para agricultura dentro do bioma amazônico.

Por fim, o terceiro estágio, que teria se iniciado em 2009, representou um teste ao novo aparato de controle governamental, dado que, após a crise de alimentos de 2008, a soja e outros grãos expandiram-se substancialmente no País. Para lidar com essa pressão, o Governo passou a considerar os municípios como unidade de controle e fiscalização (até então, só se consideravam as propriedades rurais). Dessa forma, foi possível exercer um controle maior e aplicar novas punições, como a exclusão dos contraventores de acessar o crédito rural subsidiado oferecido pelo Governo.

Nesse período, também começam a surgir mecanismos de controle social sobre desmatadores. Iniciativas como as moratórias da soja e da pecuária excluíram produtores que não respeitavam as leis ambientais e reduziram os incentivos para que estas culturas expandissem-se sobre a floresta. Nesse caso, mecanismos de incentivo econômico também ajudaram a garantir o cumprimento da legislação pública.

Em conjunto, esses mecanismos permitiram que o Brasil reduzisse a taxa de desmatamento em 70% entre 2005 e 2013 (de 19.500 km² para 5.800 km²). Ao que tudo indica, as restrições impostas pelo Governo tiveram um papel mais relevante do que os incentivos econômicos advindos do mercado, mesmo que estes também tenham auxiliado o cumprimento dos mecanismos de controle governamental. ■